

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

QUADRO RESUMO

Processo nº	019/2025		
Credenciamento nº	01/2025		
Data inicial para entrega dos documentos		09/12/2025	
1ª Sessão Pública	10/12/2025 às 09h.		
Data limite para entrega dos envelopes		10/12/2025 as 08h50min.	
Objeto do certame	O objeto deste credenciamento é a prestação de serviços de Operador de Retroescavadeira habilitado e certificado para atuar no SAAE de Luz-MG, visando executar com técnica e segurança os serviços de escavação, abertura de valas e movimentação de terra, essenciais para a manutenção e ampliação das redes de água e esgoto, assegurando o cumprimento de prazos, qualidade operacional e continuidade dos serviços prestados pela autarquia no Município de Luz-MG , mediante a discriminação constante dos anexos, partes integrantes deste Edital.		
Valores	Portaria nº 42, de 27 de novembro de 2025		
Dotação orçamentária	330.002.17.512.2023.2221.21.3.3.90.36 ficha 21		
Edital	O edital estará disponível na sede do SAAE Luz/MG, horário de 07h30 às 11hs e de 13 hs às 16hs, de segunda a sexta-feira. Informações poderão ser obtidas junto à Presidente da CPL no horário em referência. O fornecimento do edital estará disponível no Site http://www.saae.luz.mg.gov.br Não será encaminhado edital via postal		
Contatos e informações		Paula Mara Ribeiro Campos Costa – Presidente da Comissão de Licitação. Telefone (37) 3421-2019 E-mail: saae@luz.mg.gov.br	

1- PREÂMBULO

O DIRETOR-PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE LUZ, no uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que, na referida Autarquia Municipal, situada na Avenida Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreira (Centro Administrativo Municipal), mediante designação da Comissão Permanente de Licitações, conforme Portaria nº 41/2025; que se encontra aberto o **CREDENCIAMENTO** de Operador de Retroescavadeira habilitado e certificado para atuar no SAAE de Luz-MG, visando executar com

técnica e segurança os serviços de escavação, abertura de valas e movimentação de terra, essenciais para a manutenção e ampliação das redes de água e esgoto, assegurando o cumprimento de prazos, qualidade operacional e continuidade dos serviços prestados pela autarquia no município de Luz-MG, mediante a discriminação constante dos anexos, partes integrantes deste Edital., segundo as cláusulas e condições a estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.1 - Os preços a serem pagos para realização dos serviços serão os valores definidos conforme Portaria nº 42/2025.

1.2 - O Credenciamento será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações.

1.3 - O edital estará disponível para downloads no site www.saae.luz.mg.gov.br independente de qualquer pagamento. Não será encaminhado edital via postal. O edital poderá ser retirado na sede administrativa do SAAE, no Setor de Licitação.

1.4 - Este edital de chamamento público será de fluxo contínuo e a qualquer momento, durante a sua vigência, poderá haver credenciamento. Os interessados devem apresentar envelope contendo a documentação de habilitação a ser entregue até a data, horário e local designados abaixo:

Data: 09/12/2025 a 08/12/20226

Horário: 08h às 16h

Local: SAAE, localizado na Avenida Laerton Paulinelli, 153, bairro Monsenhor Parreira - Centro Administrativo Municipal, Luz/MG – Setor de Licitação.

1.5 - A Sessão Pública de Abertura dos Envelopes ocorrerá no local, data, e horário abaixo:

Data: 10/12/2025

Horário: 09h00min.

Local: Sala de Licitações, localizada na Avenida Laerton Paulinelli, 153, bairro Monsenhor Parreira - Centro Administrativo Municipal, Luz/MG – Setor de Licitação .

1.6 - A sessão pública de abertura dos envelopes, tendo em vista o volume de pedidos de credenciamento, poderá ser suspensa para posterior análise da documentação e julgamento dos pedidos de credenciamento.

1.7 - Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília-DF.

1.8 - Anualmente, as disposições deste edital poderão ser revisadas para plena atualização de normativas, preservando, assim, a boa prática administrativa.

2- DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto do presente instrumento o **CREDENCIAMENTO** de Operador de Retroescavadeira habilitado e certificado para atuar no SAAE de Luz-MG, visando executar com técnica e segurança os serviços de escavação, abertura de valas e movimentação de terra,

essenciais para a manutenção e ampliação das redes de água e esgoto, assegurando o cumprimento de prazos, qualidade operacional e continuidade dos serviços prestados pela autarquia no município de Luz-MG, mediante a discriminação constante dos anexos, partes integrantes deste Edital., segundo as cláusulas e condições a estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.2 - As especificações e demais condições do CREDENCIAMENTO constam dos Anexos a este Edital, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

3- DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o prazo legal não serão aceitas alegações de desconhecimento.

3.2 - Até 02 (dois) dias anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes contendo a documentação relativa ao processo de credenciamento dos interessados, qualquer cidadão, com plena capacidade civil, é parte legítima para impugnar este edital, devendo a Comissão processar e responder à impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas.

3.3- Decairá do Direito de impugnar os termos deste edital quem não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

3.4 - O pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital deverá ser encaminhado através de e-mail saee@luz.mg.gov.br ou protocolado no setor de Protocolo, na sede administrativa do SAAE aos cuidados da Comissão, e atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências:

3.4.1 - Petição dirigida ao Diretor-Presidente, subscrita pelo interessado, contendo qualificação do mesmo.

3.4.2 - Alegações fundamentadas, e se for o caso, pedido instruído com documentação/provas que se fizerem necessárias;

3.4.3 - Se interposta por pessoa física, a petição deverá estar acompanhada de cópia xerográfica do documento de identidade de seu signatário;

3.4.4 - A Comissão decidirá sobre o pedido interposto no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do protocolo.

3.5 - A falta de pedido de esclarecimentos ou a não impugnação aos termos deste edital de Credenciamento, na forma e prazo legalmente definidos, acarreta a decadência do direito de arguir as regras do certame.

3.6 - O SAAE Luz não se responsabilizará por pedidos de esclarecimentos ou impugnações protocolizadas fora do prazo, e em local diverso do mencionado neste Edital.

3.7 - Os interessados em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial do Município de Luz, instituído e mantido pela Associação Mineira de Municípios-AMM.

4- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste credenciamento as pessoas físicas interessadas:

- a. As condições específicas para a prestação de serviços, bem como os valores, estão previstas no termo de referência em anexo do edital.
- b. Os interessados deverão atuar no ramo de atividade compatível com o objeto deste credenciamento.
- c. Os interessados deverão requerer o credenciamento na forma do item 2.1 deste edital.
- d. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos; e
- e. Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos.

4.2 Não será permitida a participação direta ou indiretamente no presente processo de Pessoa Jurídica, por se tratar de Credenciamento exclusivamente para Pessoa Física.

4.3. São vedações para credenciamento e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

I - Agente público de órgão ou entidade INTERESSADO ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao INTERESSADO que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do INTERESSADO (art. 14, § 3º).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, PU.);

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

4.4. Fica proibida a subcontratação.

5- DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

5.1 - Deverá constar no envelope nº 01 – habilitação:

5.1.1. Para o credenciamento todos os documentos deverão ser protocolados no Departamento com o assunto INTENÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO Nº 001/2025, devendo constar todos os dados do proponente interessado bem como toda documentação exigida por meio deste edital.

5.2. Caso o proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma não será credenciada, sendo comunicada ao proponente afirmando a situação de descredenciado com relação ao que não foi atendido.

5.3. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital o proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada por e-mail o recebimento do credenciamento registradas;

5.4 Por analogia ao art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do interessado ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento do processo ou a invalidação do processo;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil).

6- DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. Os interessados em se credenciar deverá apresentar e protocolar o envelope lacrado no setor administrativo do SAAE de Luz- MG presencialmente a seguinte documentação em:

6.1.1. DECLARAÇÕES:

I - Requerimento de Credenciamento (ANEXO II);

II - Proposta (ANEXO IV);

III - -Declaração de Responsabilidade (ANEXO VI);

6.1.2. COMPROVAÇÃO PESSOA FÍSICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

a) Comprovação da existência física, como:

Documentos pessoais com foto e CPF.

6.1.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

a) Cadastro Nacional de Pessoa Física;

b) Regularidade com a Fazenda Federal:

- c) Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Regularidade com a Fazenda Municipal;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;

6.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA A SER APRESENTADA

6.1.4.1 Para prestação dos serviços constantes no item 01, deverá ser apresentado os seguintes documentos:

- a) Certificado de Conclusão de Ensino Médio completo expedido por instituição;
- b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) no mínimo da categoria “D” ou superior;
- c) Certificado do Curso de Operação de Retroescavadeira;
- d) Atestado(s) de capacidade técnica de no mínimo 2 anos conforme especificado no art. 67, § 5º, da 14.133/21 que comprove experiência prévia em serviços similares, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7- DOS PROCEDIMENTOS

7.1 - A condução deste processo, em todas as suas fases, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria nº 43/2025, caberá à Comissão, à qual competirá:

- a) Proceder à abertura dos envelopes em sessão pública, e de prévia ciência dos participantes.
- b) Examinar os documentos apresentados, devendo recusar a participação dos interessados que deixarem de atender às normas e condições estabelecidas neste Edital.
- c) Aguardar o decurso do prazo recursal antes de passar à fase subsequente, salvo renúncia expressa do direito de recorrer manifestada por todos os participantes.
- d) Analisar recursos porventura interpostos por participantes e rever sua decisão ou caso contrário, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que o apreciará, homologando ou modificando a decisão.
- e) Lavrar ata circunstanciada de todas as reuniões e sessões.

7.2 A Comissão, na sessão pública de abertura dos envelopes, conferirá e rubricará todos os documentos, após o que deverão ser examinados e rubricados pelos participantes presentes.

7.3 Os documentos correspondentes ao CREDENCIAMENTO de cada interessado serão examinados, na ordem de entrada, pela equipe de apoio, conforme as exigências deste Edital.

7.4 É facultada ao agente de contratação e equipe de apoio a promoção de diligências ou reuniões destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do Credenciamento, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos interessados que deverão ser satisfeitos no prazo estabelecido.

7.5 Não será considerado credenciado aquele que deixar de apresentar a documentação solicitada ou apresentá-la com vícios, defeitos ou contrariando qualquer exigência contida neste instrumento.

7.6 Neste caso, o interessado será comunicado, para que corrija as falhas encontradas em sua documentação, reapresentando-a para novo exame.

7.7 Serão considerados credenciados aqueles que atenderem todas as exigências contidas neste Edital.

7.8 Caso haja mais de um interessado a credenciar no mesmo momento a ordem do credenciamento será definido pela Ordem de Protocolo.

7.9 Do ato da análise de cada proposta de credenciamento será lavrada ata circunstanciada e posterior emissão do Certificado de Registro Cadastral (CRC).

7.10 Após a lavratura, e emissão do CRC o presente processo será retornado ao setor solicitante para formalização das devidas contratações.

8- DO CREDENCIAMENTO

8.1 - Da sessão pública de abertura dos envelopes

8.1.1 - No dia 10/12/2025 em sessão pública, a realizar-se na sala de Licitações, localizada Centro Administrativo do município de Luz/MG, a Comissão apresentará aos presentes os envelopes entregues no prazo descrito no subitem 1.4 deste edital, para rubrica de todos.

8.1.2 - A Comissão abrirá os envelopes referidos no item 5 deste edital, e após verificados, seus conteúdos serão rubricados por todos os presentes.

8.1.3 - Abertos os trabalhos da sessão pela Presidente da Comissão, não serão recebidos outros documentos, nem serão permitidos adendos ou alterações naqueles que tiverem sido apresentadas, ressalvada a faculdade de a Comissão promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer dos participantes.

8.1.4 - Após a rubrica a Comissão efetuará a análise da documentação apresentada nos termos deste Edital e da Legislação que disciplina a matéria, cujo resultado, proferido após as diligências eventualmente necessárias, será registrado em Ata.

8.1.5 - A sessão de abertura dos envelopes e aposição da competente rubrica mencionada neste subitem 8.1, a critério da Comissão, à vista do volume de Pedidos de Credenciamento, poderá ser suspensão para posterior análise da documentação e julgamento dos Pedidos de Credenciamento.

8.2 - Da Sessão de Habilitação

8.2.1 - Será inabilitado do credenciamento o interessado que deixar de apresentar a documentação na forma e prazos previstos nos itens 1.4 e 5 deste edital.

8.2.2 - A habilitação será efetuada de acordo com os requisitos previstos neste edital, e será considerado habilitado ao credenciamento o interessado que apresentar os documentos e as declarações, constante do item 6 deste Edital, em cópia autenticada por cartório competente, ou original e cópia para ser autenticada pela Comissão Permanente de Licitação, ou servidor da Administração.

8.2.3 - Será considerado inabilitado para o credenciamento o interessado que deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade expirado(s).

8.2.4 - Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade do documento, ou não impeça seu entendimento.

8.2.5 - A ocorrência de fato superveniente que possa acarretar inabilitação de credenciado deverá ser comunicada imediatamente à CPL, no momento em que se verificar.

8.2.6 - Dada a natureza do contrato, bem como a especificidade dos serviços, serão credenciados os interessados que atenderem as exigências às necessidades elencadas neste edital.

8.2.7 - Após adoção das providências pela Comissão todos os documentos serão autuados, numerados e rubricados.

8.2.8 - Será lavrada ata que conterá o registro das principais ocorrências da sessão, em especial a enumeração dos participantes que apresentarem os envelopes contendo a "Documentação para Habilitação".

8.2.9 - Decorrida a fase de habilitação, não cabe desistência pelo participante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente formalmente comunicado e aceito pela Comissão.

8.2.10 - A Comissão, após análise da documentação dos participantes e verificada sua regularidade, elaborará relação de licitantes credenciados, para fins de possíveis e futuras contratações.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Das decisões da Comissão caberá recurso administrativo, com **efeito suspensivo**, a ser interposto no prazo de até 3 (três) dias, contados da sessão pública e lavratura da ata, nos termos do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1 - Os recursos deverão ser, preferencialmente, encaminhados através de e-mail saae@luz.mg.gov.br, ou através de protocolo, no setor próprio, da autarquia.

9.2 - O recurso será dirigido ao Presidente da Comissão, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.3 - Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que, se desejarem, poderão impugná-lo no prazo de 3 (três) dias úteis.

9.4 - Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, a Comissão abrirá vista de todo o processo aos interessados, no **Setor de Licitação, situada na sede do SAAE Luz/MG**, facultada a extração de cópias.

10- DA HOMOLOGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

10.1 - Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a relação dos credenciados será homologada pelo Diretor-Presidente, com publicação no Diário Oficial do Município.

11- DA VIGÊNCIA

11.1- O prazo para início da prestação de serviços será imediatamente à assinatura e publicação do contrato;

11.2 - O contrato terá validade de até 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos de conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

12- DO CONTRATO

12.1 - Concluído e homologado o Credenciamento, os credenciados, de acordo com a oportunidade e conveniência do SAAE Luz/MG, serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, conforme minuta constante do Anexo VII deste edital.

12.2 - O credenciado convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de e-mail ou notificação pessoal.

12.3 - Quando o credenciado convocado para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços não comparecer será convocado o credenciado seguinte constante da lista resultante deste procedimento.

12.4 - A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento e o chamamento de outro credenciado sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos, e na legislação que disciplina a matéria.

13- DO PREÇO E PAGAMENTO

13.1 – A autarquia pagará aos credenciados pela prestação dos serviços o seguinte valor, conforme Portaria nº 42/2025;

I – R\$ 26,25 (vinte e seis reais e vinte cinco centavos) por hora trabalhada

13.2 – O pagamento será efetuado até cinco (05) dias após a entrega da nota fiscal relativa ao número de horas trabalhadas no mês, devidamente assinada e aprovada por esta autarquia, atestando a execução dos serviços.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado pela CREDENCIANTE ao CREDENCIADO enquanto pendente qualquer condição não satisfeita em relação ao serviço realizado. A demora decorrente de condição pendente não acarretará ajuste de preço ou indenização por atraso de pagamento. Havendo erro na nota fiscal, circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao credenciado e o pagamento ficará pendente até que a regularização esteja sanada. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o SAAE de Luz.

14- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - O desatendimento às condições estabelecidas neste edital para prestação dos serviços submete o prestador de serviços à multa equivalente a 10% do valor total contratado, sem prejuízo às demais sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/2021

14.2 - O prestador de serviços que descumprir as obrigações contratadas sujeita-se às penalidades estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, destacando-se:

1. Advertência;
2. Multa de 10% por descumprimento de cláusula do termo de credenciamento;
3. Multa de 5% por recusa em assinar o termo de credenciamento;
4. Suspensão do direito de licitar e contratar com o SAAE Luz por até 03 (três) anos;
5. Declaração de idoneidade.

14.3 - Para aplicação das sanções será observada a proporcionalidade em face a conduta adotada pelo prestador de serviços, princípios do contraditório e ampla defesa.

15- DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização dos serviços será exercida pelo Diretor Presidente Luis Augusto Mendes Carvalho ou a quem vier substituí-lo.

15.2 - A existência da fiscalização não eximirá o credenciado de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

16 - DO CANCELAMENTO

16.1 O cancelamento da prestação dos serviços terá lugar de pleno direito, independente de interposição judicial ou extrajudicial, quando o credenciado:

- a) Recusar-se a prestar os serviços, preestabelecidos na ordem de convocação;
- b) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia e expressa anuência do SAAE Luz-MG.

17- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 Para fazer face às despesas, será utilizada a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente do SAAE Luz-MG:

30.002.17.512.2023.2221.21.3.3.90.36 ficha 21

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 É facultado ao agente de contratação, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no envelope protocolado.

18.2. A autoridade competente para a aprovação do credenciamento poderá revogá-lo, a qualquer tempo, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

18.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.4. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

18.5. A conferência realizada no recebimento dos serviços não exime a responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, com referência à qualidade, nos termos do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor vigentes.

18.6. O SAAE de Luz-MG poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa física, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital.

18.7. É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.

18.8. O CREDENCIAMENTO não caracteriza, em hipótese alguma, vínculo empregatício com a autarquia municipal.

18.9. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro da comarca de Luz, Estado de Minas Gerais, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

19 – ANEXOS

- ANEXO I - Termo de Referência;**
- ANEXO II - Modelo de Requerimento;**
- ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;**
- ANEXO IV -Proposta;**
- ANEXO V - Portaria;**
- ANEXO VI - Declaração de Responsabilidade;**
- ANEXO VII - Minuta de Contrato.**

Luz/MG, 24 de novembro de 2025.

Paula Mara Ribeiro Campos Costa
Presidente da Comissão de Licitação

Mayara Camargo Paim
Assessora Jurídica
OAB/MG 127.774

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 019/2025
MODALIDADE: CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
Forma: Presencial

1. DO OBJETO

Credenciamento de Operador de Retroescavadeira habilitado e certificado para atuar no SAAE de Luz-MG, visando executar com técnica e segurança os serviços de escavação e abertura de valas e movimentação de terra, essenciais para manutenção e ampliação das redes de água e esgoto, assegurando o cumprimento de prazos qualidade operacional e continuidade dos serviços prestados pela autarquia municipal.

1.1 ESPECIFICAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Operador de Retroescavadeira	Horas	2.400 horas	R\$ 26,25 / Hora	R\$ 63.000,00

1.2 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO SERVIÇO A SER ADQUIRIDO:

A prestação dos serviços deverá observar rigorosamente as condições técnicas, operacionais e de segurança previstas neste documento e nas normas aplicáveis, garantindo a eficiência, a integridade e a continuidade das atividades.

1. Critérios de Aceitação do Serviço

A aceitação dos serviços prestados será condicionada ao atendimento cumulativo dos seguintes critérios:

a) Qualificação Técnica do Operador

- o O operador deverá comprovar habilitação específica para a condução e operação de retroescavadeira, mediante apresentação do certificado de conclusão de Ensino Médio completo e **Carteira Nacional de Habilitação (CNH)** no mínimo da categoria “D” ou superior.
- o **Certificado de curso de operação de retroescavadeira.**
- o Deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica de no mínimo 2 anos conforme especificado no art. 67, § 5º, da 14.133/21**, que comprove experiência prévia em serviços similares, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b) Condições do Equipamento

- o A retroescavadeira utilizada compõem a frota de veículos do SAAE -Luz/MG deverá estar em perfeito estado de funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva em dia, comprovada por registros de revisão e laudos técnicos.
- o O equipamento deverá possuir licenciamento vigente e dispositivos de segurança obrigatórios conforme normas regulamentadoras.
- o Será rejeitado o fornecimento do serviço caso o equipamento apresente falhas mecânicas, vazamentos, ruídos excessivos, ou qualquer condição que comprometa a segurança operacional.

c) Execução e Desempenho Operacional

- o O serviço deverá ser executado de acordo com as instruções técnicas e cronograma definidos pela Contratante, observando-se os padrões de produtividade, segurança e qualidade estabelecidos.
- o O operador deverá seguir as orientações do responsável técnico da Contratante, mantendo conduta profissional, pontualidade e zelo pelo patrimônio público ou privado.
- o A aceitação somente ocorrerá mediante vistorias *in loco* e aprovação formal do fiscal do contrato ou responsável designado.

d) Condições de Segurança e Meio Ambiente

- o O operador e o equipamento deverão atender integralmente às **Normas Regulamentadoras (NRs)** aplicáveis, em especial a **NR-6, NR-12 e NR-18**, bem como às normas de segurança e meio ambiente da Contratante.
- o O serviço será considerado não aceito caso sejam verificadas práticas que impliquem risco à integridade física de pessoas, danos ambientais ou descumprimento das normas de segurança.

e) Documentação e Regularidade Jurídica

- o Serão aceitos apenas os prestadores que apresentarem toda a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária vigente.
- o A ausência de qualquer documento exigido ou sua irregularidade implicará na inabilitação ou rejeição do credenciamento.

f) Avaliação e Conformidade

- o A aceitação definitiva do serviço ocorrerá após a verificação técnica e administrativa do cumprimento integral das condições acima estabelecidas.
- o Qualquer inconformidade verificada ensejará notificação para correção, podendo, em caso de reincidência ou descumprimento grave, resultar na desclassificação do credenciado e na aplicação das penalidades previstas.

A aceitação dos serviços será formalizada mediante termo de recebimento ou documento equivalente, emitido pela Contratante, após a constatação do pleno atendimento aos critérios definidos neste instrumento.

O credenciado declara estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas, comprometendo-se a cumpri-las integralmente durante a execução contratual.

1.3 JUSTIFICATIVA

Cumprir afirmar que os serviços que se pretende contratar, não se inserem no rol de atribuições dos servidores, o que implica numa lacuna de grande importância perante a execução dos serviços diários da autarquia.

O SAAE não possui em seu quadro de servidores profissionais especializados para atender a demanda total dos serviços de escavação, abertura de valas e movimentação de terra, essenciais para a manutenção e ampliação das redes de água e esgoto. Diante do exposto, a contratação se faz necessária para atender todos os setores em tempo ágil e sem causar prejuízos financeiros a autarquia.

A licitação deverá ser na modalidade de Credenciamento, por ser a mais adequada para atendimento ao SAAE.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente fundamentação tem por objetivo justificar a necessidade de contratação, por meio de credenciamento, de serviços especializados de operador de retroescavadeira, visando atender às demandas operacionais da Autarquia SAAE de Luz/MG, em atividades de infraestrutura, manutenção e suporte a obras e serviços públicos.

O serviço de operação de retroescavadeira é essencial para a execução de diversas atividades que demandam movimentação de solo, abertura de valas, remoção de entulhos, escavação, nivelamento de terrenos e outras intervenções de caráter técnico-operacional. Essas ações são imprescindíveis à manutenção e ampliação de obras públicas, redes de drenagem, saneamento, estradas vicinais e demais serviços correlatos, contribuindo diretamente para a conservação e melhoria da infraestrutura local.

A utilização do modelo de credenciamento se mostra o mais adequado, uma vez que permite à Administração cadastrar múltiplos prestadores devidamente habilitados, garantindo ampla concorrência, flexibilidade operacional e atendimento contínuo às demandas, que variam em função da sazonalidade, urgência ou natureza dos serviços a serem executados. Esse formato assegura maior eficiência administrativa, transparência e economicidade, uma vez que possibilita a escolha do prestador conforme disponibilidade, localização e conveniência operacional, respeitando-se as condições previamente estabelecidas.

Além disso, a contratação de operador de retroescavadeira por credenciamento é justificada pela necessidade de contar com profissionais qualificados e equipamentos adequados, que atendam aos padrões técnicos e de segurança exigidos pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, notadamente as NR-6, NR-12 e NR-18, garantindo a execução segura e eficiente das atividades. Tal exigência reduz riscos de acidentes, danos ao patrimônio e prejuízos operacionais, assegurando a continuidade dos serviços públicos com qualidade e responsabilidade. Outro ponto relevante é que a prestação desses serviços exige disponibilidade imediata, tendo em vista que o SAAE de Luz-MG atua no município de Luz/MG, em suas comunidades rurais, Brejinho, Olaria, Campo do Meio, Limoeiro e Bom Jardim; nos distritos Campinhos e Esteios; e em todo o perímetro urbano do município de Luz-MG, em horários variados.

A parte credenciada não pode alegar desconhecimento das condições previstas tanto no edital, quanto no estudo técnico preliminar e neste termo de referência, especialmente porque muitas demandas ocorrem em situações emergenciais, o que reforça a conveniência do credenciamento. Esse modelo permite à Autarquia acionar diferentes prestadores conforme a necessidade, assegurando celeridade na resposta às demandas e racionalização dos recursos públicos.

Portanto, a contratação de serviços de operador de retroescavadeira mediante credenciamento se fundamenta na necessidade de garantir eficiência operacional, economicidade, segurança e continuidade dos serviços públicos, atendendo ao interesse público e aos princípios da administração, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preceitua o art.37 da Constituição Federal.

Dessa forma, considerando a natureza essencial e contínua das atividades a serem executadas, a conveniência administrativa do modelo de credenciamento e a necessidade de assegurar mão de obra especializada e devidamente certificada, justifica-se plenamente a contratação dos serviços de operador de retroescavadeira por meio de credenciamento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, levando em consideração os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é credenciamento de mão de obra de Operador de Retroescavadeira para que a autarquia tenha um melhor respaldo e agilidade quando solicitada a manutenção vias públicas, serviços de desobstrução, desentupimentos e tarefas correlatas.

O credenciamento permite a contratação sob demanda, assegurando maior agilidade, economicidade e eficiência na execução dos serviços, sem a necessidade de realizar múltiplos processos licitatórios individuais.

Essa solução está alinhada com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, garantindo uma gestão pública mais eficaz e transparente.

3.1 Trata-se de regime de Contratação Indireta, na qual a Administração transfere a execução do objeto à terceira pessoa (contratada), cabendo à Administração a fiscalização plena das atividades desenvolvidas, transferindo ao contratado a responsabilidade dos encargos civis, trabalhistas, tributários e previdenciários, bem como dos riscos do empreendimento.

3.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3 A contratação enquadra-se em serviços gerais comuns, não continuado, mediante licitação, na modalidade Credenciamento, com fulcro na Lei nº 14.133/21 e portarias regulamentadoras;

3.3.1 Serviço com grande disponibilidade no mercado;

3.3.2 Serviço sem necessidade de peculiaridades técnicas para atingir seus fins.

4 PRAZOS DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, período no qual deverá ocorrer a entrega do serviço, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

5 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens e serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei nº 14.133/2021), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.1.2. A sanção prevista no inciso I do item 7.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.1.3. A sanção prevista no inciso II do item 7.1, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

7.1.4. A sanção prevista no inciso III do item 7.1 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Luz/MG, pelo prazo de 3 (três) anos.

7.1.5. A sanção prevista no inciso IV do item 7.1 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 7.1, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.2 A sanção estabelecida no inciso IV do item 7.1 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

7.2.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal; no âmbito da autarquia, pelo Diretor Presidente.

7.1.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 7.1. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

7.1.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.1.4. A aplicação das sanções previstas no item 7.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.1.5. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 7.1 deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.1.6. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 7.1. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimar ao contratado para, no prazo de

15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8 DAS PENALIDADES

8.1. A sanção de suspensão de participar de licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, àqueles que:

8.1.1. Retardarem a execução do Credenciamento;

8.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

8.1.3. Fazem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

8.2. Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos à Autarquia Municipal, SAAE de Luz, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejaram a sanção.

8.3. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com os termos da lei.

8.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio da modalidade credenciamento, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/21. O processo de seleção observará os seguintes critérios e etapas:

9.1. Forma de Realização

Credenciamento: O credenciamento será realizado na forma presencial, com a participação dos membros da Comissão, e os possíveis fornecedores a serem convocados a realizar o serviço proposto, na sala de Licitação da Prefeitura de Luz – MG. O credenciamento será gravado para a idoneidade do processo, garantindo maior transparência e competitividade entre os fornecedores.

Edital: O edital do credenciamento conterá todas as informações necessárias para a participação, incluindo objeto, condições de fornecimento, requisitos de habilitação e critérios de julgamento.

9.2. Critérios de Seleção

Os critérios de seleção do fornecedor serão baseados em:

1. Habilitação: Os participantes deverão apresentar a documentação exigida no edital, incluindo: Registro ou inscrição na entidade competente.

Certidões negativas de débito (federal, estadual e municipal).
Comprovação de regularidade trabalhista.
Qualificação técnica, evidenciando experiência anterior em serviços similares.

Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes neste edital terão suas propostas de credenciamento acatadas pela Comissão Permanente de Licitação, sendo submetidas à homologação do Diretor Presidente;

Após homologação pela autoridade competente e assinatura do contrato dentro do prazo estipulado neste instrumento convocatório, o Credenciado será selecionado para prestar os serviços de acordo com a ordem de chegada para Credenciamento. Sendo que somente será classificado por ordem de credenciamento aquele que comprovar e preencher todos os requisitos constantes neste edital.

Os participantes terão direito a interpor recursos administrativos, conforme previsto na Lei nº 14.133/21, garantindo a possibilidade de contestação de atos e decisões durante o processo de seleção.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base nas pesquisas realizadas por orçamentos e tabela SINAPI, verificou-se que o valor médio estimado da referida contratação é R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) pelo período de 12 meses podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses previstas nos Artigos 105 e seguintes da Lei N.º 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para realização deste processo licitatório estão consignados no orçamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA
30.002.17.512.2023.2221.21.3.3.90.36	21

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O prazo de execução/fornecimento do objeto desta licitação será conforme demanda e cronograma constante neste Termo de Referência.

10.2. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses previstas nos Artigos 105 e seguintes da Lei N.º 14.133/2021.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. A Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasuras e/ou entrelinhas.

13.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria parte credenciada ;

13.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.4. A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de: prova de regularidade de débito relativa à Seguridade Social e Contribuições Federais (CND Conjunta) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular do Proponente.

13.5. Não será efetuado qualquer pagamento à parte credenciada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14- DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

14.1. A parte credenciada que cometer qualquer das infrações previstas no Artigo 155 da Lei N.º 14.133/2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência escrita;

b) multa compensatória de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Artigo 156 da Lei 14.133/2021;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração, conforme disposto no inciso III do Artigo 156 da Lei 14.133/2021;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Autarquia Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

e) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.1.1. As penalidades podem ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

14.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber a Lei N.º 14.133/2021.

14.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da parte credenciada, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

14.5. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CREDENCIADA

A parte credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

15.1.1. A parte credenciada deverá estar devidamente qualificada garantindo a execução adequada, eficiente e contínua dos serviços necessários ao atendimento das demandas operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Luz/MG, em conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta apresentada.

15.1.2. O operador de retroescavadeira deverá apresentar atestados de experiência comprovada na operação de retroescavadeiras, portador de CNH (D ou superior), curso de formação de Operador de Retroescavadeira e certificado de ensino médio completo devendo manter atualizados e disponíveis, sempre que solicitados, os documentos comprobatórios de suas habilitações.

15.1.3. O operador disponibilizado deverá observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde ocupacional, sendo de sua inteira responsabilidade o fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, adequados e em perfeito estado de conservação prontos para uso imediato.

15.1.4. A parte credenciada deverá cumprir fielmente as demandas previamente estabelecidas pelo SAAE de Luz-MG, bem como os horários determinados para início e término das atividades, mantendo assiduidade, pontualidade e conduta compatível com o ambiente de serviço público.

15.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.1.6. O operador fornecido deverá executar suas funções com zelo, eficiência, boa conduta e responsabilidade, preservando a integridade da retroescavadeira, dos bens públicos, das instalações e das áreas de trabalho, bem como assegurando que as atividades não ofereçam risco à comunidade e ao patrimônio do SAAE de Luz-MG.

15.1.7. A parte credenciada será responsável por quaisquer danos materiais, ambientais, pessoais ou patrimoniais causados durante a execução dos serviços, devendo reparar ou ressarcir integralmente os prejuízos eventualmente causados, sem prejuízo das demais sanções previstas em contrato e na legislação pertinente.

A PARTE CREDENCIADA DEVERÁ :

- I – Executar fielmente o objeto do presente contrato;
- II – Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III – Zelar pelo cumprimento das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquela no que tange aos equipamentos de proteção individual (EPI);
- IV – Responsabilizar-se por todos os danos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;
- V – Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- VI – Manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 16.2 Comunicar à parte credenciada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no veículo, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 16.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da parte credenciada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 16.4 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela a parte credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da a parte credenciada , de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 16.5 Efetuar o pagamento à parte credenciada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 16.6 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 16.7 Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante;
- 16.8 Quando for o caso, comunicar imediatamente à contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

A CONTRATANTE deverá:

- I - Efetuar o devido pagamento à parte credenciada referente aos serviços adquiridos;

- II – Determinar as providências necessárias se os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no Edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;
- III - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto deste contrato.
- IV. - Dar à parte credenciada as condições necessárias à regular execução do contrato;

Luz, 24 de Novembro de 2025.

ANEXO II

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CPF:

Contato: ()

EMAIL:

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Luz- MG,

Ref.: CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

1. A PF _____ estabelecida _____ inscrita no CPF sob o nº _____ vem requerer o CREDENCIAMENTO DE OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, para o qual anexamos os documentos solicitados no referido edital.

2. Declaramos que estou de pleno acordo com todas as cláusulas estabelecidas no referido Edital.

Atenciosamente,

Luz, *** de _____ de 2025.

Assinatura/ CPF

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE IDONEIDADE

Ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Luz-MG

CREDENCIAMENTO N º 001/2025

Com vistas à participação no CREDENCIAMENTO em epígrafe e, para todos os fins de direito, DECLARO que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha participação e habilitação, e estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaro, ainda, que não fui declarado inidôneo por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Luz, ***** de _____ de 2025.

Assinatura/ CPF

ANEXO IV

PROPOSTA

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CPF:

Contato: ()

EMAIL:

(Nome completo), portador(a) do CPF n.º , residente e domiciliado(a) no endereço (endereço completo, com logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade e UF), DECLARA, para os devidos fins de Credenciamento junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Luz - MG, para atuação como Operador de Retroescavadeira, que:

a) está ciente e aceita expressamente as condições de remuneração estabelecidas para os serviços, conforme disposto na PORTARIA N.º 42, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025, que fixa o valor-hora do serviço em R\$ 26,25 (Vinte e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos);

b) assume o compromisso e ateste possuir disponibilidade imediata para a prestação dos serviços de operação de retroescavadeira, de acordo com as normas, especificações técnicas e cronogramas estipulados no edital de credenciamento e seus anexos.

Luz, ***** de de 2025.

Assinatura/ CPF

ANEXO V

PORTARIA N.º 42, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

“ESTABELECE O VALOR MÁXIMO A SER PAGO PELO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE LUZ, PARA CONTRATAÇÃO VIA CREDENCIAMENTO, DE OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA PARA À AUTARQUIA”

O Diretor-Presidente do SAAE Luz/MG, no uso de suas atribuições legais e administrativas,

Considerando a necessidade de se realizar credenciamento de operador de retroescavadeiras para prestação de serviços à autarquia municipal;

Considerando que o credenciamento em referência se processa mediante procedimento licitatório;

Considerando a pesquisa de mercado realizada para fins de apuração de valores praticados por operadores de retroescavadeiras;

Considerando a necessidade de se estabelecer valor máximo a ser pago pelo SAAE Luz;

Considerando o disposto no inciso III, do parágrafo único, do art. 79, da Lei nº 14.133/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelece o valor máximo a ser pago por hora pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Luz, pela prestação de serviços de operador de retroescavadeiras será R\$26,25 (vinte seis reais e vinte cinco centavos);

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 18 de Novembro de 2025.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE
Luis Augusto Mendes Carvalho
Diretor - Presidente do SAAE

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para os devidos fins e direito, na qualidade de proponente do Credenciamento Nº 001/2025, instaurado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Luz-MG, que:

Assumo inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-me a eventuais averiguações que se façam necessárias;

Comprometo-me a manter, durante todo o período de vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no referido edital;

Tenho conhecimento e submeto-me ao disposto na Lei no 8078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao edital e anexos do CREDENCIAMENTO Nº 001/2025;

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Luz , ____ de ____ de 2025 .

Assinatura/ CPF

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE LUZ- SAAE LUZ/MG E XXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE LUZ-MG, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia municipal integrante da Administração Pública Indireta do Município de Luz, com sede administrativa à Avenida Laerton Paulinelli, nº 153, Bairro Monsenhor Parreira, inscrito no CNPJ sob o nº 12.989.105/0001-02, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, Sr. Luis Augusto Mendes Carvalho, brasileiro, casado, professor, CPF nº 741.129.706-25, residente à Rua São Roque der Minas Nº 380, Monsenhor Parreiras, nesta cidade de Luz/MG, **CONTRATADO XXXXXXXXXXXXXXXX** inscrito sob o CPF/CNPJ XXXXXXXXXXXX endereço XX.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, com base no que dispõe a Lei Federal N.º 14.133/2021, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de prestação de serviços de Operador de Retroescavadeira habilitado e certificado para atuar no SAAE de Luz-MG, visando executar com técnica e segurança os serviços de escavação, abertura de valas e movimentação de terra, essenciais para a manutenção e ampliação das redes de água e esgoto, assegurando o cumprimento de prazos, qualidade operacional e continuidade dos serviços prestados pela autarquia municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato será regido pelas cláusulas nele contidas e pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

Os serviços serão executados diretamente pelo CONTRATADO, vedada a cessão ou a subcontratação do seu objeto a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O valor global do presente contrato é de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), pelo período de 12 meses, mediante a emissão relatório de horas executadas, sendo 26,25 o valor da hora trabalhada e apresentação de nota fiscal da prestação de serviços.

4.2 O pagamento pelos serviços se dará até 05 dias após a emissão de Nota Fiscal.

4.3 A nota fiscal deverá ser emitida após a entrega mensal do serviço constante do objeto deste contrato.

4.4 No preço descrito no item 4.1 estão incluídos todos os custos operacionais e encargos financeiros e tributários para a execução dos serviços que são objeto deste instrumento.

4.5 - Incorrerão a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e o recolhimento aos cofres da Prefeitura Municipal, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº. 3.323, de 08 de setembro de 2022 e suas alterações, ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 Todas as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal alocados na seguinte dotação orçamentária do exercício de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA
30.002.17.512.2023.2221.21.3.3.90.36	21

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 DA CONTRATANTE:

A CONTRATANTE deverá realizar as seguintes obrigações:

I - Efetuar o devido pagamento ao CONTRATADO referente aos serviços executados;

II - fornecer ao CONTRATADO as informações que entender necessárias para melhor adequação e desempenho dos serviços objeto deste instrumento.

6.2 DO CONTRATADO

I – Executar os serviços objeto deste Contrato nas condições estabelecidas;

II – Realizar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto

CONTRATADO;

III – Ressarcir o CONTRATADO por perdas e danos, decorrentes de atraso em relação à data prevista para prestação dos serviços. Tal compensação será apurada aplicando-se multa de 0,1% (um décimo

por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo acumulado de 15% (quinze por cento). As obrigações do CONTRATADO não serão afetadas pelo pagamento de multas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS

7.1 Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados, o CONTRATADO incorrerá na multa de 2% do valor do contrato, em caso de prestação de serviço em desacordo com a proposta de preços, observando-se na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME JURÍDICO DESTES CONTRATO

O regime jurídico de execução deste contrato é aquele previsto na Lei Nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 o Contrato poderá ser alterado de acordo com art. 124 da Lei 14.133/21, com as devidas justificativas conforme a seguir:

- a) Unilateralmente pela CONTRATANTE quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por aquela Lei;
- b) Por acordo das partes quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento;
- c) Outros casos previstos na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 As penalidades contratuais serão as de advertências verbal ou escrita, multas, declarações de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21

10.2 As advertências verbais ou escritas serão aplicadas, independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas;

10.3 Poderá ser aplicada multa de 30% do valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação assumida, além de multa prevista na cláusula sétima deste contrato.

10.4 Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 03 (três) anos, conforme a Lei 14.133/21.

10.5 Rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 a Rescisão do presente contrato poderá ocorrer de forma:

a) Amigável: por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

b) Administrativa: por ato Unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

c) Judicial: nos termos da legislação processual.

11.2 O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Fica designado o Diretor Presidente Luis Augusto Mendes Carvalho ou quem vier substituí-lo para, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Os serviços, objeto deste contrato, deverão ser executados na melhor qualidade e confiabilidade, devendo o CONTRATADO manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência pelo CONTRATADO, ficando a mesma passível de penalidade e sanções, inclusive de rescisão.

13.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão sempre feitas por escrito, através de e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios resultantes do presente contrato fica eleito o Foro da Comarca de Luz/MG.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, para que cumpra as suas finalidades legais.

Luz/MG, XX de dezembro de 2025

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO LUZ

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

1 - _____

CPF:

2- _____

CPF: